

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 24/2023

TCE: BB4F6F25FC0DA7BB175AD1E0E5397CF71AA41E89

PROCESSO ADM. Nº 48/2023

PROCESSO DE COMPRA Nº 48/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023

1 – PREÂMBULO

1.1 - O **MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na Av. Santa Catarina, Coronei Freitas, SC - CEP 89840000, através do Prefeito Municipal, DELIR CASSARO, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na modalidade **ELETRÔNICO**, visando à aquisição dos itens abaixo indicados. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013 (Lei Registro de preço), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 5.300 de 14 de abril de 2010, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **Lei 6.729/79 art. 2º II, § 1º “a”¹**, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1.2 - O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, sendo os trabalhos conduzidos pelo Pregoeiro, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico;

1.3 - **Recebimento das propostas será das 08h30min do dia 16/06/2023 até às 08h30min do dia 28/06/2023;**

1.4 - **Abertura das propostas: 28/06/2023 às 08h30min;**

1 Art. 2º Consideram-se: (...) II - distribuidor, a empresa comercial pertencente à respectiva categoria econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtos e exerce outras funções pertinentes à atividade; (...)§ 1º Para os fins desta lei: (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990) a) intitula-se também o produtor de concedente e o distribuidor de concessionário;(...)

1.5 - **Início da sessão de disputa de lances: dia 28/06/2023 às 08h30min.**

1.6 - Tempo de disputa: 10(dez) minutos, acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema;

1.6.1 - Referência de tempo: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília-DF;

OBS.: A licitante deverá observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2 – DO OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS (ZERO KM) HATCH, PICK-UP E VAN PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME RELAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO CONSTANTES DESTA EDITAL. ENTENDE-SE POR VEÍCULO NOVO AQUELE CUJA NOTA FISCAL É EMITIDA EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC DA MESMA FORMA POSSIBILITANDO O PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC**, conforme descrição e quantitativos a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, TIPO MINIBUS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS, ANO/MODELO 2023/2023, OU SUPERIOR, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TETO COM ALTURA INTERNA DE NO MÍNIMO 1.840MM (TETO ALTO E CHASSI A LONGADO DE FÁBRICA); DESTINADO AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, APTO A TRAFEGAR EM RODOVIAS PAVIMENTAS E NÃO PAVIMENTADA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: AIR BAG	UN	1,00	309.883,30	309883,30

DUPLO - MOTORISTA E PASSAGEIROS DIANTEIROS; FREIOS ABS MOTOR A DIESEL TURBINADO E INTERCULADO; INJEÇÃO ELETRÔNICA, COM NO MÍNIMO 130 CV NBR; DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 16 (DEZESSEIS) 15 (QUINZE) PASSAGEIROS MAIS MOTORISTA; BANCOS PASSAGEIROS RECLINÁVEIS (TODOS), MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, REVESTIDOS EM TECIDO COM BOA ESPESSURA; ESPELHO RETROVISOR EXTERNO COM ACIONAMENTO ELÉTRICO; EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, COMPRIMENTO TOTAL DE NO MÍNIMO 5.900 MM; ENTRE-EIXOS DE NO MÍNIMO 3.660 MM; TACÓGRAFO DIGITAL; CONTA GIROS; 2 PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, 2 PORTAS TRASEIRAS E UMA LATERAL DESLIZANTE; VIDROS CLIMATIZADOS VERDES COM PELÍCULAS INSTALADAS CONFORME NORMAS VIGENTES, CINTOS DE SEGURANÇA DE DOIS PONTOS PARA OS PASSAGEIROS, PNEUS 225/65 ARO 16; ACIONAMENTO ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS, ESTRIBO LATERAL; FAROL DE NEBLINA; SENSOR DE RÉ; BAGAGEIRO				
---	--	--	--	--

	ELEVADO EM BAIXO DOS ÚLTIMOS ASSENTOS; ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS POR DUAS LÂMPADAS EMBUTIDAS; CAIXA DE CÂMBIO COM 06 (SEIS) MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS; TAPETE DE BORRACHA ASSOALHO REVESTIDO FIBRA DE VIDRO; RÁDIO AM/FM COM MP3/WMA, COM PORTA USB NO MÍNIMO 4 AUTO FALANTES, ALARME (SISTEMA ANTI FURTO). ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM UMA DISTÂNCIA NÃO SUPERIOR A 50 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO LICITANTE, DEVENDO POSSUIR CORPO TÉCNICO TREINADO PELA FÁBRICA, BEM COMO DEVERÁ POSSUIR PEÇAS PARA REPOSIÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO.				
2	VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, 4 PORTAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COR BRANCA, PARA CINCO PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2023/2023 OU SUPERIOR, MOTOR FLEX (ETANOL/GASOLINA), POTÊNCIA MÍNIMA DE 68 CV, COM RADIO E ALTO-FALANTES, CAIXA DE CÂMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ,	UN	4,00	76.423,33	305693,32

	<p>COMPRIMENTO MÍNIMO TOTAL NÃO INFERIOR A 3.500 MM, ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO 2.300 MM, DISPLAY DIGITAL COM CONTA-GIROS, INDICADOR DE TROCA DE MARCHAS, HODÔMETRO (PARCIAL E TOTAL), RELÓGIO DIGITAL, INDICAÇÃO DO NÍVEL DE COMBUSTÍVEL E TEMPERATURA DO MOTOR, COMPUTADOR DE BORDO, CAPACIDADE TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 38 LITROS, BANCOS EM TECIDO, AIRBAG MOTORISTA E PASSAGEIROS, FREIOS ABS COM EBD, CINTOS DE SEGURANÇA 3 PONTOS RETRÁTIL PARA TODOS OS PASSAGEIROS, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS PASSAGEIROS DO BANCO TRASEIRO, CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE NO MÍNIMO 200 LITROS, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS COM PELÍCULAS INSTALADAS CONFORME NORMAS VIGENTES ,COM FUNÇÃO ONE TOUCH E SISTEMA ANTI ESMAGAMENTO NAS 4 PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS NAS 4 PORTAS COM ACIONAMENTO À DISTÂNCIA (ALARME-SISTEMA ANTIFURTO), RETROVISORES COM CONTROLE INTERNO MECÂNICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>ELETROHIDRÁULICA, LIMPADOR, LAVADOR E DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, TOMADAS 12 VOLTS, PROTETOR DE MOTOR, JOGO DE TAPETES, RODAS DE AÇO DE NO MÍNIMO ARO 14" COM PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA, PARA-CHOQUE NA COR DO VEÍCULO, PINTURA EM COR SÓLIDA E PLOTAGEM DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS NORMAIS DE PRODUÇÃO PERTINENTES AO MODELO E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 (UM) ANO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM UMA DISTÂNCIA NÃO SUPERIOR A 50 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO LICITANTE DEVENDO POSSUIR CORPO TÉCNICO TREINADO PELA FÁBRICA, BEM COMO DEVERÁ POSSUIR PEÇA PARA REPOSIÇÃO.</p>				
3	<p>VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, TIPO PICK-UP 2 PORTAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CARROCERIA MONOBLOCO, COR BRANCA, PARA 2 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2023/2023 OU</p>	UN	1,00	112.400,00	112400,00

<p>SUPERIOR, MOTOR FLEX (ETANOL/GASOLINA), POTÊNCIA MÍNIMA DE 80 CV, CAIXA DE CÂMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, COMPRIMENTO MÍNIMO TOTAL DE 3.890 MM, ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO 2.400 MM, CAPACIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 700 KG, COM RADIO E ALTO-FALANTES, COMPUTADOR DE BORDO, CONTA-GIROS, HODÔMETRO DIGITAL (TOTAL E PARCIAL), CAPACIDADE TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 45 LITROS, BANCOS EM TECIDO, APOIO DE CABEÇA COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE 3 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, ALERTAS DE USO DE CINTO DE SEGURANÇA DO MOTORISTA, AIRBAG DUPLO, FREIOS ABS COM EBD, LUZ DE LEITURA, AR CONDICIONADO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAMENTO CENTRAL ELÉTRICO COM ACIONAMENTO À DISTÂNCIA (ALARME-SISTEMA ANTIFURTO), RETROVISORES EXTERNOS COM COMANDO INTERNO MECÂNICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA, VIDROS ELÉTRICOS COM PELÍCULAS</p>				
--	--	--	--	--

<p>INSTALADAS CONFORME NORMAS VIGENTES, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS, LUZ INTERNA NA DIANTEIRA DO TETO, LUZ DE ILUMINAÇÃO DA CAÇAMBA, GRADE DE PROTEÇÃO NO VIDRO TRASEIRO, PROTETOR DE CAÇAMBA, GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA, PARA-CHOQUE TRASEIRO COM ESTRIBOS ANTIDERRAPANTES, TOMADAS 12 VOLTS, PROTETOR DE MOTOR, NO MÍNIMO RODAS ARO 15" COM PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA, PINTURA EM COR SÓLIDA E PLOTAGEM DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS NORMAIS DE PRODUÇÃO PERTINENTES AO MODELO E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 (UM) ANO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM UMA DISTÂNCIA NÃO SUPERIOR A 50 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO LICITANTE DEVENDO POSSUIR CORPO TÉCNICO TREINADO PELA FÁBRICA, BEM COMO DEVERÁ POSSUIR PEÇA PARA REPOSIÇÃO.</p>				
	Total			727.976,62

2.1.1 - Nos termos do art. 40, X da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), fica estipulado o VALOR MÁXIMO para os itens de acordo com o preço unitário constante no item 2.1 deste Edital.

2.2 - Todos os itens cotados deverão ser novos (zero quilômetro) e não adulterados, com ano de fabricação e modelo, no mínimo, 2023/2023.

2.3 – O registro, licenciamento e o primeiro emplacamento deverão ser em nome do Município de Coronei Freitas/SC.

2.4 – O período de garantia dos veículos é de, no mínimo, 12 meses a contar da data de emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

2.5 – A proponente vencedora deverá fornecer assistência técnica, reposição de peças e consertos, durante o período de garantia.

2.6 – Caso a proponente vencedora não possua Concessionária para a realização dos consertos e revisões durante o período de garantia dentro do perímetro urbano do município de Coronei Freitas, a mesma deverá estar localizada uma distância não superior a 50 km da sede do município licitante devendo possuir corpo técnico treinado pela fábrica.

2.7 – A proponente vencedora deverá indicar o local para a Assistência Técnica Autorizada no momento da entrega do veículo.

2.8 – A proponente interessada em participar do presente certame deverá ofertar produtos que, pelo período mínimo de 02 (dois) anos após o período de garantia, possuam peças e componentes comercializados por distribuidores e comerciantes revendedores do ramo, bem como prestem assistência técnica.

2.9 – Os itens cotados deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera.

2.10 – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

2.11 – Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos itens correrão por conta da proponente vencedora.

2.11.1 – Caso a proponente vencedora tenha sua sede fora do perímetro urbano do Município de Coronei Freitas/SC, o deslocamento do veículo para a entrega deverá ser realizado, impreterivelmente, de guincho, ou veículo plataforma, ou outro veículo devidamente

adequado para o transporte, a fim de não alterar a quilometragem das mesmas, sendo que estas despesas devem estar previstas e/ou computadas na proposta.

2.12 – A proponente vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

2.13 – A proponente vencedora deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pelo órgão requisitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações deste Edital, dentre outros.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

3.2 – A realização do procedimento estará a cargo do(a) Pregoeiro(a), Equipe de Apoio e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, por meio da rede mundial de computadores, proverem o sistema de compras eletrônicas.

3.3 - Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo **Portal de Compras Públicas**, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.4 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (**Portal de Compras Públicas**), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.5 - Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

3.6 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.7- O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.8 – O licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

3.9 - O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.10 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.11 – O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

4.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

4.2.1 - Com falência ou concordata decretada;

4.2.2 - Em consórcio;

4.2.3 – Inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Punidas e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

4.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

4.4 - A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste Edital e em seus anexos.

4.5 - Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que QUISEREM participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

4.5.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

4.5.3 – Cópia da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº123/2006.

4.5.4 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.

4.5.5 - Empresas que não se credenciarem como Microempresas e ou Empresas de Pequeno Porte não serão credenciadas a participar do presente processo licitatório exceto quando não for alcançado o número mínimo de participantes conforme disposto no artigo 49 da Lei Complementar 123/2006, que preceitua o seguinte:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório

4.6 - As empresas interessadas a participar do certame devem observar se se enquadram no disposto na lei 6.729/79 art. 2º II, § 1º “a”, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

4.7 - As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no preâmbulo deste edital.

5 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, as licitantes deverão, até a data e hora marcadas para recebimento das propostas, encaminhar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.2 – A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

5.3 – A proposta comercial deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

5.3.1 - Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

5.3.2 - Ser apresentada por item e soma total do item, com valores expressos em reais;

5.3.3 - Deverá ser indicada a MARCA e MODELO do item;

5.3.4 - O preço unitário e total deverá ser fixo em reais, com 02 (duas) casas decimais. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração

5.3.5 - O prazo de entrega dos itens, conforme o item 12 deste Edital.

5.4 – O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

5.5 – O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

5.6 – Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, certidão de enquadramento no Estatuto

Nacional do Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante.

5.7 – Vícios, erros e/ou omissões que não impliquem em prejuízo para o Município poderão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

5.8 – Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.9 – Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.10 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) Pregoeiro(a), pelo sistema, ou de sua desconexão.

5.11 – Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste edital.

6 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1 – A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3 - Aberta a sessão, o(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura e análise preliminar das propostas.

6.4 – O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não apresentem as especificações técnicas ou não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, ou, que contenham vícios insanáveis.

6.4.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4.2 - A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido neste edital.

6.5 – Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o(a) Pregoeiro(a) dará sequência ao processo de Pregão.

7 – DA ETAPA DE LANCES

7.1 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.2 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4.1 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

7.4.2 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.5 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.7 - Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

7.7.1 - Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.

7.8 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.9 - Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas (<http://www.portaldecompraspublicas.com.br>) quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

7.10 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

7.10.1 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 7.10.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.10.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 7.10.1 e no item 7.10.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.10.4 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.10.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, do decreto 10.024/2019, mediante justificativa.

7.10.5 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 50,00 (Cinquenta reais)**.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1 - Os licitantes encaminharão os documentos **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com a proposta, em formato digital, sob pena de inabilitação.

8.1.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.1.2 - Os documentos deverão ser apresentados autenticados por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou outro sistema, ou ainda por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.

8.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

8.2.1.1 - Os documentos descritos no subitem “8.2.1” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

8.2.2 - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações. (conforme Anexo “III” do edital).

8.2.3 - Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e art. 27 inciso V, da Lei 8.666/93 e alterações. (conforme modelo do Anexo “III” do Edital).

8.2.4 - Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com Poder Público, na forma do § 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93. (conforme modelo do Anexo “III” do Edital).

8.2.5 - Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

8.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.3.2 - Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.3.3 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

8.3.4 - Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.

8.3.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.3.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011, [consulta através do site www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

8.4 - REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.4.1 - Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresse.

8.4.1.1 - Para as empresas sediadas no Estado de Santa Catarina, serão aceitas as duas certidões emitidas no modelo “Falência, Concordata e Recuperação Judicial”, uma pelo sistema SAJ e outra pelo sistema EPROC, dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, OU, a certidão emitida por meio do novo sistema de certidões judiciais do Poder Judiciário Catarinense, que unificou os pedidos de certidões a partir de 27/03/2023, em conformidade com a Resolução Conjunta GP/CGJ nº 6/2023.

8.4.1.2 - Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993 (redação dada em conformidade com o acordo 1.201/2020 do TCU).

8.5 - DO CADASTRO DE FORNECEDORES

8.5.1 - Opcionalmente, a critério da Licitante, as documentações exigidas nos itens 8.2 (Habilitação Jurídica), 8.3 (Regularidade Fiscal) e 8.4 (Qualificação Econômica e Financeira) poderão ser substituídas pelo Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor – CRC da Prefeitura Municipal de Coronei Freitas/SC, com todos os documentos válidos.

8.5.2 - As empresas que declarem Microempresa – ME ou Empresas de Pequeno Porte junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br, deverão anexar ainda a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

8.6 - As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais.

8.6.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.6, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.7 - As certidões e documentos que não tenham seu prazo de validade consignado deverão ter sido emitidos no **máximo 60 (sessenta)** dias da data prevista para abertura dos invólucros.

8.8 - A critério do Pregoeiro poderão ser solicitados esclarecimentos, assim como serem efetuadas diligências, visando a conformar a capacidade técnica, gerencial e administrativa das empresas concorrentes.

8.9 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.10 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.11 - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

8.11.1 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

8.11.2 - Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

8.11.3 - Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

8.11.4 - Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

9 – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até **03 (três) dias úteis**, antes da data designada para a realização do Pregão, não sendo computado para a contagem do referido prazo a data fixada para o fim do recebimento das propostas, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do **Sistema Portal de Compras Públicas** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.2 – Caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela unidade requisitante decidir, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sobre a impugnação interposta.

9.3 – Se procedente e acolhida à impugnação, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no Edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

9.4 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

9.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do **Sistema Portal de Compras Públicas** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.6 – O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

9.7 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para a apresentação das razões do recurso, as quais deverão ser enviadas exclusivamente em campo próprio do sistema, disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.2 – O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo e será dirigido ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), o qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo ao Prefeito, devidamente informado, para apreciação e decisão.

10.3 – O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10.4 – A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no item 10.1, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será o resultado da licitação submetido a autoridade competente que homologará e fará a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

10.6 – Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, sob pena de descumprimento das obrigações assumidas.

11– DO CONTRATO

11.1 – Será firmado contrato com a licitante vencedora, que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2 – Como condição para celebração do contrato o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.3 – O contrato para assinatura será encaminhado de forma eletrônica, sendo enviado no endereço eletrônico indicado no **Anexo IV – Dados da empresa.**

11.4 – A assinatura do contrato pela licitante vencedora deverá ser por meio de assinatura eletrônica com certificado digital ICP Brasil do representante legal da empresa.

11.5 – Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, serão convocados os outros licitantes, observada a ordem de classificação e o disposto neste edital, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, previstas no item 16.

12– DA ENTREGA

12.1 – Os itens deverão ser entregues em até **120 (cento e vinte) dias**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras e Licitações do Município, em local a ser definido no momento da solicitação.

12.2 – Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta da proponente vencedora, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

12.3 – A não entrega dos itens dentro do prazo e condições estabelecidas neste Edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

12.4 – A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

12.5 – O objeto será recebido **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

12.6 – O recebimento provisório será feito mediante certificação.

12.7 – O objeto será recebido **DEFINITIVAMENTE**, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

12.8 – Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

12.9 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

12.10 – O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

13 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1 - O critério para julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM** de que atendidas as especificações constantes deste Edital.

14 – DO PAGAMENTO

14.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal.

14.1.1 – A proponente participante deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.1.2 - Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 08 deste edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

14.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “recebimento definitivo” pelos fiscais de contrato na nota fiscal apresentada.

14.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o

pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

14.2 – O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente, de instituição financeira oficial (Banco do Brasil) ou boleto bancário.

15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2023 a seguir:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
1.044.4490.00	1755	111/2023	Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos
1.033.4490.00	1500	103/2023	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos
1.044.4490.00	1500	110/2023	Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos
2.069.4490.00	1500	96/2023	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
1.085.4490.00	1500	03/2023	Aquisição de veículos – Saúde
1.085.4490.00	2710	36/2023	Aquisição de veículos - Saúde 18.661-9
1.085.4490.00	2500	37/2023	Aquisição de veículos - Saúde
1.085.4490.00	2755	39/2023	Aquisição de veículos - Saúde 19.338-0

16 – DAS PENALIDADES

16.1 – Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art.78 e seus incisos.

16.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

16.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), a Administração Pública poderá aplicar a(s) CONTRATADA(S) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

16.4.1 - por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) CONTRATADA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

16.4.2 - em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

16.4.3 - transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

16.4.4 - para cada notificação de descumprimento contratual, será cobrada multa de R\$ 100,00 (cem reais), devendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência pelo mesmo motivo.

16.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

16.5.1 - advertência;

16.5.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

16.5.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

16.5.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.6 – Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, o fornecedor que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.7 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado pelo período previsto em lei, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

16.9 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

16.10 – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

17 – DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

17.1 – A proponente vencedora ficará obrigada a entregar os itens, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

17.2 – Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.3 – A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

18 – DA RESCISÃO

18.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

18.1.1 - por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

18.1.2 - amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

18.1.3 - judicialmente, nos termos da legislação vigente.

18.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art.78 e seus incisos.

18.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

19 – DA FISCALIZAÇÃO

19.1 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) por portaria verificar se o item e serviço, objeto do presente contrato, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

20 – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1 - Não serão concedidos reajustes aos preços contratados durante a vigência do contrato

21 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1 – O contrato a ser firmado entre o Município e a(s) licitante(s) vencedora(s) terá a vigência até **31 de dezembro de 2023**.

22 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – As razões da impugnação e as manifestações de recursos administrativos não serão aceitas via e-mail ou fax, devendo as mesmas serem enviadas exclusivamente em campo específico no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.2 – O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.2.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 22.2, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.3 – Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.4 – O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

22.5 – Após a declaração de vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto licitado que posteriormente será submetido à homologação pela Autoridade Competente.

22.6 – No caso de interposição de recurso, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido à Autoridade Competente para adjudicação e homologação.

22.7 – A Autoridade Competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.8 – Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos pessoalmente no período das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, no Departamento de Compras e Licitações, localizado na Av. Santa Catarina 1022, Coronei Freitas, SC - CEP 89840000, ou pelo telefone (49) 3347-3400, no mesmo horário.

22.9 – Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Minuta do Contrato;

Anexo II – Modelo de Declaração de enquadramento como MEI, ME ou EPP;

Anexo III – Modelo de Declaração Conjunta;

Anexo IV – Dados da empresa e dados bancários da licitante.

Anexo V – Termo de Referência

22.10 – O Edital está disponível na íntegra no **Sistema Portal de Compras Públicas** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também na página do **Município de Coronei Freitas** no endereço eletrônico <https://coronelfreitas.sc.gov.br/licitacoes/> ou poderá ser solicitado através do e-mail: licitacao@coronelfreitas.sc.gov.br.

23 – DO FORO

23.1 - Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela Autoridade Competente, administrativamente, ou no foro da Comarca de Coronei Freitas/SC, se for o caso.

Coronei Freitas, SC, 30/05/2023

DELIR CASSARO
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023

**ANEXO I
MINUTA DO CONTRATO**

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE _____. No dia ____ de ____ de 2023, na Prefeitura Municipal de Coronei Freitas - SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.021.824/0001-75, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 1022, Coronei Freitas, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Senhor DELIR CASSARO, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal nº 5.164, e das demais normas legais aplicáveis, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF sob nº _____, com sede na _____, representada neste ato, pelo seu(ua) _____, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF-MF sob nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação na modalidade Pregão nº .../2023, e que se regerá pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, **Lei 6.729/79 art. 2º II, § 1º "a" 1** e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS (ZERO KM) HATCH, PICK-UP E VAN PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME RELAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO CONSTANTES DESTA EDITAL. ENTENDE-SE POR VEÍCULO NOVO AQUELE CUJA NOTA FISCAL É EMITIDA EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC DA MESMA FORMA POSSIBILITANDO O PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC, conforme descrição e quantitativos a seguir:**

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço	Preço
------	---------------	-------	------------	-------	-------

				Unit. Máximo	Total

1.1.1 - Todos os itens cotados deverão ser novos (zero quilômetro) e não adulterados, com ano de fabricação e modelo, no mínimo, 2023/2023.

1.2 – O registro, licenciamento e o primeiro emplacamento deverão ser em nome do Município de Coronei Freitas/SC

1.3 – O período de garantia dos veículos é de, no mínimo, 12 meses a contar da data de emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo.

1.4 – A proponente vencedora deverá fornecer assistência técnica, reposição de peças e consertos, durante o período de garantia.

1.5 – Caso a proponente vencedora não possua Concessionária para a realização dos consertos e revisões durante o período de garantia dentro do perímetro urbano do município de Coronei Freitas, a mesma deverá estar localizada uma distância não superior a 50 km da sede do município licitante devendo possuir corpo técnico treinado pela fábrica.

1.6 – A proponente vencedora deverá indicar o local para a Assistência Técnica Autorizada no momento da entrega do veículo.

1.7 – A proponente interessada em participar do presente certame deverá ofertar produtos que, pelo período mínimo de 02 (dois) anos após o período de garantia, possuam peças e componentes comercializados por distribuidores e comerciantes revendedores do ramo, bem como prestem assistência técnica.

1.8 – Os itens cotados deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera.

1.9 – Serão recusados os itens imprestáveis ou defeituosos que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.10 – Todas as despesas relacionadas com a aquisição e entrega dos itens correrão por conta da proponente vencedora.

1.11 – Caso a proponente vencedora tenha sua sede fora do perímetro urbano do Município de Coronei Freitas/SC, o deslocamento do veículo para a entrega deverá ser realizado,

impreterivelmente, de guincho, ou veículo plataforma, ou outro veículo devidamente adequado para o transporte, a fim de não alterar a quilometragem das mesmas, sendo que estas despesas devem estar previstas e/ou computadas na proposta.

1.12 – A proponente vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.13 – A proponente vencedora deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pelo órgão requisitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações deste Edital, dentre outros.

1.14 - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação modalidade **Pregão Eletrônico nº. _____**, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO PRODUTO/MATERIAL/SERVIÇO.

2.1 - O prazo máximo de entrega do objeto será de até **120 DIAS**, contados a partir da data de recebimento da autorização de fornecimento.

2.2 - Todas as despesas com a entrega dos itens correrão por conta da CONTRATADA, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

2.3 - A não entrega dos itens dentro do prazo e condições estabelecidas neste contrato, ensejará a sua revogação e a aplicação das sanções legais previstas.

2.4 - A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

2.5 - O objeto será recebido **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.
O recebimento provisório será feito mediante certificação.

2.6 – O objeto será recebido **DEFINITIVAMENTE**, em até 05 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

2.7 – Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

2.8 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

2.9 – A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 - O prazo de vigência do presente será até 31/12/2023. Não havendo possibilidade de renovação.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.2 - Pelo fornecimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, da qual a CONTRATADA se sagrou vencedora a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____).

4.3 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, previstas na Lei Orçamentária do Exercício respectivo:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
1.044.4490.00	1755	111/2023	Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos
1.033.4490.00	1500	103/2023	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos
1.044.4490.00	1500	110/2023	Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos

2.069.4490.00	1500	96/2023	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
1.085.4490.00	1500	03/2023	Aquisição de veículos – Saúde
1.085.4490.00	2710	36/2023	Aquisição de veículos - Saúde 18.661-9
1.085.4490.00	2500	37/2023	Aquisição de veículos - Saúde
1.085.4490.00	2755	39/2023	Aquisição de veículos - Saúde 19.338-0

4.4 - Durante a vigência do contrato a empresa vencedora do certame deverá manter atualizados todos os documentos relacionados nas alíneas "a" a "e" do item 6.1 deste Edital, para que a Administração Municipal possa efetuar o pagamento.

4.5 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, sociais ou trabalhistas, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da CONTRATADA.

4.6 - Em caso de incidência de imposto sobre o serviço ou produto, poderá o Município realizar a retenção do valor relativo ao mesmo, ou até não realizar o pagamento de alguma parcela até que seja comprovado o recolhimento do imposto devido.

CLAUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, com aceite do servidor responsável.

5.2 - A proponente participante deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3 - Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 08 deste edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

5.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “recebimento definitivo” pelos fiscais de contrato na nota fiscal apresentada

5.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o

pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

5.6 - O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente, de instituição financeira oficial (Banco do Brasil) ou boleto bancário.

CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. Não serão concedidos reajustes aos preços contratados durante a vigência do contrato.

6.2. As supressões referenciadas serão considerados formalizados mediante aditamento contratual e justificativa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido na Cláusula Quinta, desde que a execução do objeto deste Contrato tenha sido devidamente aprovada pela Secretaria respectiva.

7.1.2. Verificar se o equipamento entregue está de acordo com o solicitado no Edital.

7.1.3. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. São obrigações da CONTRATADA:

7.2.1. Entregar o objeto deste Contrato na forma, condições e prazos por ele estipulados.

7.2.2. Realizar o fornecimento do objeto conforme estipulado neste Contrato, observada a data estabelecida ou solicitação realizada pelo Município.

7.2.3. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do presente Contrato.

7.2.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da entrega do objeto.

7.2.5. Aceitar, integralmente, a fiscalização a ser adotada pela CONTRATANTE, realizada pela Secretaria Municipal requisitante da licitação.

7.2.5.1. A existência e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao cumprimento do objeto contratado, e as suas consequências e implicações que porventura possam ocorrer.

7.2.6. A CONTRATADA durante a vigência do contrato deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, conforme prevê o inciso XIII, art. 55 da Lei 8.666/93.

7.2.6.1. A não apresentação dos documentos mencionados no item 7.2.6 e os que ainda possam ser requeridos pela Administração Municipal, com a finalidade de comprovação da execução do objeto, implicará no bloqueio do pagamento até o atendimento pela CONTRATADA.

7.2.7. Substituir imediatamente o objeto licitado se este apresentar defeitos ou se apresentar divergente da proposta e das características exigidas no edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

8.2. A rescisão contratual poderá ser:

8.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

8.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

8.3. Judicialmente, na forma da legislação vigente.

8.4. E ainda:

8.4.1 - se não forem realizadas as solicitações do Município relacionadas as correções dos defeitos ou deficiências devidamente notificadas, do objeto licitado.

8.4.2 - no descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, bem como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 – Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993.

9.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/1993, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

9.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

9.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

9.4.1 - por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) CONTRATADA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

9.4.2 - em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

9.4.3 - transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

9.4.4 - para cada notificação de descumprimento contratual, será cobrada multa de R\$ 100,00 (cem reais), devendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência pelo mesmo motivo.

9.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

9.5.1 - advertência;

9.5.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

9.5.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.5.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.5.5 - Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, o fornecedor que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.6 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado pelo período previsto em lei, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.7 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8 - Nenhum pagamento será processado a contratada penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTRATAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO

10.1. O contratado poderá subcontratar os serviços que forem necessários, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, sendo que o Objeto da licitação e a Nota Fiscal deverão ser fornecidas pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução deste contrato será realizado por servidor designado por Portaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronei Freitas - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Coronei Freitas-SC, _____ de _____ de 2023.

Prefeito Municipal de Coronei Freitas - SC
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

02. _____

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023

ANEXO II

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF
nº _____, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei,
que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, que se enquadre na definição do art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano- calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18A. da Lei Complementar nº 123/2006, conforme prevê o art. 18A., §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

() **MICROEMPRESA**, considerada a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), devidamente registrada no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme prevê o art. 3.º e seu inciso I da Lei Complementar nº 123/2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, considerada a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), devidamente registrada no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme prevê o art. 3.º e seu inciso II da Lei Complementar nº 123/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, _____ de _____ de 2023.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023

ANEXO III

DECLARAÇÃO CONJUNTA

_____, CNPJ nº _____ (razão social da Empresa) _____, sediada na _____ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____ portador(a) do RG nº _____ do CPF nº _____,

DECLARA, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório;

DECLARA, para fins do disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

DECLARA que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

DECLARA, que não se enquadra em nenhuma das proibições previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações.

_____, _____ de _____ de 2023.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023

ANEXO IV

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail da empresa: _____

DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco: _____

Nº da Agência: _____

Nº da Conta Corrente da

Licitante: _____

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome Completo: _____

Cargo ou Função: _____

E-mail: _____



☎ 49 3347 3400 📞 49 99987 3606 CNPJ 83.021.824/0001-75
✉ prefeitura@coronelfreitas.sc.gov.br 🌐 www.coronelfreitas.sc.gov.br
Av. Santa Catarina, 1022, Centro - CEP: 89840-000 - Coronei Freitas - SC

E-mail para envio do

Contrato e demais atos: _____

Telefone/Celular: _____

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS (ZERO KM) HATCH, PICK-UP E VAN PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME RELAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO CONSTANTES DESTA EDITAL. ENTENDE-SE POR VEÍCULO NOVO AQUELE CUJA NOTA FISCAL É EMITIDA EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC DA MESMA FORMA POSSIBILITANDO O PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC, conforme descrição e quantitativos a seguir:

1.1 Conforme especificações abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, TIPO MINIBUS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS, ANO/MODELO 2023/2023, OU SUPERIOR, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TETO COM ALTURA INTERNA DE NO MÍNIMO 1.840MM (TETO ALTO E CHASSI LONGADO DE FÁBRICA); DESTINADO AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, APTO A TRAFEGAR EM RODOVIAS	UN	1,00	309.883,30	309883,30

<p>PAVIMENTAS E NÃO PAVIMENTADA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: AIR BAG DUPLO - MOTORISTA E PASSAGEIROS DIANTEIROS; FREIOS ABS MOTOR A DIESEL TURBINADO E INTERCULADO; INJEÇÃO ELETRÔNICA, COM NO MÍNIMO 130 CV NBR; DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 16 (DEZESSEIS) 15 (QUINZE) PASSAGEIROS MAIS MOTORISTA; BANCOS PASSAGEIROS RECLINÁVEIS (TODOS), MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, REVESTIDOS EM TECIDO COM BOA ESPESSURA; ESPELHO RETROVISOR EXTERNO COM ACIONAMENTO ELÉTRICO; EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, COMPRIMENTO TOTAL DE NO MÍNIMO 5.900 MM; ENTRE-EIXOS DE NO MÍNIMO 3.660 MM; TACÓGRAFO DIGITAL; CONTA GIROS; 2 PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, 2 PORTAS TRASEIRAS E UMA LATERAL DESLIZANTE; VIDROS CLIMATIZADOS VERDES COM PELÍCULAS INSTALADAS CONFORME NORMAS VIGENTES, CINTOS DE SEGURANÇA DE DOIS PONTOS PARA</p>				
--	--	--	--	--

	OS PASSAGEIROS, PNEUS 225/65 ARO 16; ACIONAMENTO ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS, ESTRIBO LATERAL; FAROL DE NEBLINA; SENSOR DE RÉ; BAGAGEIRO ELEVADO EM BAIXO DOS ÚLTIMOS ASSENTOS; ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS POR DUAS LÂMPADAS EMBUTIDAS; CAIXA DE CÂMBIO COM 06 (SEIS) MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS; TAPETE DE BORRACHA ASSOALHO REVESTIDO FIBRA DE VIDRO; RÁDIO AM/FM COM MP3/WMA, COM PORTA USB NO MÍNIMO 4 AUTO FALANTES, ALARME (SISTEMA ANTI FURTO). ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM UMA DISTÂNCIA NÃO SUPERIOR A 50 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO LICITANTE, DEVENDO POSSUIR CORPO TÉCNICO TREINADO PELA FÁBRICA, BEM COMO DEVERÁ POSSUIR PEÇAS PARA REPOSIÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 3 (TRÊS) ANOS.				
2	VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, 4 PORTAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COR BRANCA, PARA CINCO PASSAGEIROS,	UN	4,00	76.423,33	305693,32



ANO/MODELO 2023/2023 OU SUPERIOR, MOTOR FLEX (ETANOL/GASOLINA), POTÊNCIA MÍNIMA DE 68 CV, COM RADIO E ALTO-FALANTES, CAIXA DE CÂMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, COMPRIMENTO MÍNIMO TOTAL NÃO INFERIOR A 3.500 MM, ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO 2.300 MM, DISPLAY DIGITAL COM CONTA-GIROS, INDICADOR DE TROCA DE MARCHAS, HODÔMETRO (PARCIAL E TOTAL), RELÓGIO DIGITAL, INDICAÇÃO DO NÍVEL DE COMBUSTÍVEL E TEMPERATURA DO MOTOR, COMPUTADOR DE BORDO, CAPACIDADE TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 38 LITROS, BANCOS EM TECIDO, AIRBAG MOTORISTA E PASSAGEIROS, FREIOS ABS COM EBD, CINTOS DE SEGURANÇA 3 PONTOS RETRÁTIL PARA TODOS OS PASSAGEIROS, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS PASSAGEIROS DO BANCO TRASEIRO, CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE NO MÍNIMO 200 LITROS, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS COM PELÍCULAS INSTALADAS CONFORME NORMAS VIGENTES				
---	--	--	--	--



<p>,COM FUNÇÃO ONE TOUCH E SISTEMA ANTI ESMAGAMENTO NAS 4 PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS NAS 4 PORTAS COM ACIONAMENTO À DISTÂNCIA (ALARME-SISTEMA ANTIFURTO), RETROVISORES COM CONTROLE INTERNO MECÂNICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA, LIMPADOR, LAVADOR E DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, TOMADAS 12 VOLTS, PROTETOR DE MOTOR, JOGO DE TAPETES, RODAS DE AÇO DE NO MÍNIMO ARO 14" COM PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA, PARA-CHOQUE NA COR DO VEÍCULO, PINTURA EM COR SÓLIDA E PLOTAGEM DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS NORMAIS DE PRODUÇÃO PERTINENTES AO MODELO E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 (UM) ANO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM UMA DISTÂNCIA NÃO SUPERIOR A 50 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO LICITANTE DEVENDO POSSUIR</p>				
--	--	--	--	--



	CORPO TÉCNICO TREINADO PELA FÁBRICA, BEM COMO DEVERÁ POSSUIR PEÇA PARA REPOSIÇÃO.				
3	VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, TIPO PICK-UP 2 PORTAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CARROCERIA MONOBLOCO, COR BRANCA, PARA 2 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2023/2023 OU SUPERIOR, MOTOR FLEX (ETANOL/GASOLINA), POTÊNCIA MÍNIMA DE 80 CV, CAIXA DE CÂMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, COMPRIMENTO MÍNIMO TOTAL DE 3.890 MM, ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO 2.400 MM, CAPACIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 700 KG, COM RADIO E ALTO-FALANTES, COMPUTADOR DE BORDO, CONTA-GIROS, HODÔMETRO DIGITAL (TOTAL E PARCIAL), CAPACIDADE TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 45 LITROS, BANCOS EM TECIDO, APOIO DE CABEÇA COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE 3 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, ALERTAS DE USO DE CINTO DE SEGURANÇA DO MOTORISTA, AIRBAG DUPLO,	UN	1,00	112.400,00	112400,00



FREIOS ABS COM EBD, LUZ DE LEITURA, AR CONDICIONADO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAMENTO CENTRAL ELÉTRICO COM ACIONAMENTO À DISTÂNCIA (ALARME-SISTEMA ANTIFURTO), RETROVISORES EXTERNOS COM COMANDO INTERNO MECÂNICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA, VIDROS ELÉTRICOS COM PELÍCULAS INSTALADAS CONFORME NORMAS VIGENTES, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS, LUZ INTERNA NA DIANTEIRA DO TETO, LUZ DE ILUMINAÇÃO DA CAÇAMBA, GRADE DE PROTEÇÃO NO VIDRO TRASEIRO, PROTETOR DE CAÇAMBA, GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA, PARA-CHOQUE TRASEIRO COM ESTRIBOS ANTIDERRAPANTES, TOMADAS 12 VOLTS, PROTETOR DE MOTOR, NO MÍNIMO RODAS ARO 15" COM PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA, PINTURA EM COR SÓLIDA E PLOTAGEM DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS NORMAIS DE PRODUÇÃO				
--	--	--	--	--

	PERTINENTES AO MODELO E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 (UM) ANO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM UMA DISTÂNCIA NÃO SUPERIOR A 50 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO LICITANTE DEVENDO POSSUIR CORPO TÉCNICO TREINADO PELA FÁBRICA, BEM COMO DEVERÁ POSSUIR PEÇA PARA REPOSIÇÃO.				
	Total	727.976,62			

1.2 DAS DOTAÇÕES

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
1.044.4490.00	1755	111/2023	Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos
1.033.4490.00	1500	103/2023	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos
1.044.4490.00	1500	110/2023	Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos
2.069.4490.00	1500	96/2023	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
1.085.4490.00	1500	03/2023	Aquisição de veículos – Saúde
1.085.4490.00	2710	36/2023	Aquisição de veículos - Saúde 18.661-9
1.085.4490.00	2500	37/2023	Aquisição de veículos - Saúde
1.085.4490.00	2755	39/2023	Aquisição de veículos - Saúde

			19.338-0
--	--	--	----------

1.3 DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

A presente licitação será na modalidade Pregão Eletrônico, Menor Preço por Item.

1.4 VIGÊNCIA

A vigência será de até 31/12/2023.

2. JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

Este procedimento tem como objeto a aquisição de veículos para deslocamento de servidores municipais nas atividades desenvolvidas pelos departamentos, bem como para atender a demanda de transporte de pacientes atendidos pela secretaria municipal de saúde de Coronei Freitas/SC.

3. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO – LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

A entrega deverá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias do envio da Autorização de Fornecimento, em conformidade com o edital, anexos e contrato.

A entrega deverá ocorrer conforme determinado na Autorização de Fornecimento.

3.1. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato, deverá ser formalizado no prazo de: 05 (cinco) dias contados da convocação para tal ato.

4. FORMA DE SOLICITAÇÃO e CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O objeto será solicitado através de: Autorização/Solicitação de Fornecimento.

O objeto somente será recebido e considerado devidamente entregue se aceito pela Secretaria Solicitante, e se estiver de acordo com o que foi solicitado.

5. PROPOSTA

Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido no edital, bem como com valores acima do valor máximo previsto.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento no processo será o de Menor Preço por Item.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

A garantia deverá ser mínima de 12 meses ou a prevista pela vencedora, devendo prevalecer a maior.

9. GARANTIA CONTRATUAL

Não há.

9.2 OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

Sem necessidade de maiores previsões, sendo as básicas constantes do edital.

10. AMOSTRA

Não há necessidade da apresentação de amostras;

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento da execução deste contrato será realizado por servidor designado por Portaria.

No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos veículos fornecidos, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades previstas neste edital.

Coronei Freitas (SC), 30/05/2023.

Delacir Silvestrin

Diretor de Administração